

## A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de Engels e o conceito de déficit habitacional

Carmen Susana Tornquist<sup>1</sup>

Jefferson Adriano Maier<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo realiza uma comparação entre os conceitos de “*escassez de moradia*”, elaborado por Friedrich Engels, e o de “*déficit habitacional*”, definido pela Fundação João Pinheiro, aqui trazido através do Relatório do déficit habitacional e inadequação de domicílios de 2015. A pesquisa faz uma revisão bibliográfica das principais obras de Engels relacionadas ao tema da moradia, comparando seus pontos nodais com o debate contemporâneo brasileiro sobre o tema, destacando, especialmente, a noção de *escassez de moradia*, que decorre de uma concepção singular do autor acerca da questão nos marcos do capitalismo. O artigo conclui que a concepção de déficit habitacional, ainda que útil para expressar desigualdades sociais no acesso à moradia, leva a uma compreensão do problema habitacional mais estreita da que propunha Engels, isto é, tentando resolver o problema habitacional nos marcos do capitalismo e da mercadoria – dimensão que o pensador alemão propunha superar.

**Palavras-chaves:** Engels – Déficit Habitacional - Escassez de moradia

**Abstract:** This article compares the concepts of “housing shortage”, conceived by Friedrich Engels, and “housing déficit”, defined by Fundação João Pinheiro, as shown in the Housing déficit and residence inadequacy report, from 2015. The research does a bibliographic review of Engels’ main works related to the subject of housing, comparing its nodal points with the contemporary debate about that theme in Brazil, highlighting the idea of housing shortage, that arises from Engels’ unique view on that issue within capitalism. The article concludes that the concept of housing déficit, albeit useful to express social inequality concerning access to housing, leads to a narrower comprehension of the housing issue than the one proposed by Engels, i.e., trying to solve it within capitalism and its market – aspects which the German thinker meant to overcome.

**Keywords:** Engels – housing déficit – housing shortage

Neste artigo, pretendemos retomar as reflexões feitas por Engels, no século XIX sobre a questão da habitação para refletir acerca do conceito de déficit habitacional que se popularizou no Brasil nas últimas décadas, e que tem norteado alguns movimentos de luta pela moradia no Brasil. Temos como pressuposto que a luta por moradia faz parte da história da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas e que a recuperação desta análise original, feita à época de sua consolidação são fundamentais para compreender processos posteriores. Nesse sentido, “voltar à Engels” se coloca como uma tarefa importante e urgente, ainda que este *retorno* implique forçosamente em fazer adequações ao contexto periférico e dependente – lugar ocupado pelo Brasil – e ao século XXI, considerando as mudanças ocorridas sobretudo ao longo do século XX.

O artigo está estruturado em três partes: na primeira, apresentamos as principais contribuições de Engels para problematizar a temática da moradia, não sem antes fazer um brevíssimo “recorrido” acerca do autor. Depois, apresentamos os conceitos de *déficit habitacional*, tendo por base a definição da *Fundação João Pinheiro (FJP)*, no Brasil, a partir do relatório que trouxe dados de 2015 e publicado em 2018. A discussão que permeia os dois conceitos é ainda entrecortada com dados e comentários feitos por autores e autoras que estudam o tema no Brasil.

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia; Departamento de Geografia e PPGPLAN/UDESC. Email: [carmenornquist@hotmail.com](mailto:carmenornquist@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando PPGPLAN/UDESC. Email: [maierjefferson@gmail.com](mailto:maierjefferson@gmail.com)

Finalmente, buscamos trazer elementos referentes à pertinência do conceito para refletir sobre a questão da moradia hoje, à luz de uma perspectiva emancipatória.

Assim como no tempo de Engels, encontramos hoje diferentes proposições no sentido de “atender” aos problemas da moradia, seja na busca de sua gestão, mitigação ou resolução em definitivo, abrigadas na ideia de “reforma urbana”. Sob esta categoria, muitas proposições teóricas, técnicas e políticas compõem o cenário brasileiro contemporâneo ao redor do tema da moradia. O processo antecede as mobilizações referentes à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Cidade, de 2001 (considerados os principais marcos do ponto de vista legal). Ainda no início dos anos de 1960 propostas e avaliações da situação habitacional eram pauta de debates e encontros envolvendo planejadores urbanos, arquitetos, políticos e militantes sociais. Afinadas com as chamadas *Reformas de Base* e alinhadas com perspectivas socializantes para o país, deve-se mencionar o Congresso do Instituto de Arquitetos Brasileiros (IAB) de 1963, mais conhecido como *Congresso de Quitandinha* no qual foi elaborado uma pioneira proposta de Reforma Urbana articulada ao programa de Reformas de Base do Governo de João Goulart (KOURI, 2013). Nesta ocasião, o problema habitacional já era tratado como associado ao déficit de habitação (PEREIRA, 2018: 79).

Algumas delas se apoiam no conceito de déficit que foi elaborado pela FJP, única instituição que recolhe sistematicamente dados sobre o tema, razão pela qual concentraremos nossa abordagem na visão dessa instituição.

## A PROPÓSITO DO *SEGUNDO VIOLINO*

Um dos pontos de partida de nossa reflexão é a ideia de que, ao contrário do que muitas vezes se coloca, Engels não pode ser visto como um mero coadjuvante da obra produzida por Marx ao longo do século XIX. Esta consideração, a nosso juízo, transcende qualquer tipo de “curiosidade” biográfica ou outra, pois tem como corolário o peso que atribuímos às proposições que Engels faz em seus artigos sobre a questão da moradia e na sua obra mestra anterior - “A situação da classe operária na Inglaterra”. Partimos da referência a Engels feita por Lenin, em 1895, logo após a sua morte, quando em um texto elogioso e de caráter biográfico atribui-lhe um papel de destaque, ao lado de Marx, na construção de uma perspectiva revolucionária para o proletariado, a partir de uma concepção materialista da história e do projeto revolucionário cunhado, então, de socialismo científico.

Neste texto, Lenin registra aspectos da trajetória de Engels, entre as quais o seu engajamento precoce no círculo dos jovens hegelianos de Bremen, do qual decorreram seus primeiros escritos, bem como os primeiros passos de sua ruptura com o “destino de classe” que lhe preparava a família. Acentuando também a densidade do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo jovem Friedrich na Inglaterra, aliado à interlocução com o movimento operário daquele dinâmico (e privilegiado) contexto, que resultam na obra editada em 1845 (“A situação”), Lenin expressa, ainda, que a questão sobre “o lugar ocupado por Engels” na obra marxiana já se colocava à época:

A seguir ao seu amigo Karl Marx, Engels foi o mais notável sábio e mestre do proletariado contemporâneo em todo o mundo civilizado. Desde o dia em que o destino juntou Karl Marx e Friedrich Engels, a obra a que os dois amigos consagraram as suas vidas converteu-se em uma obra comum (LENIN, 2017: 13, tradução nossa).

A expressão “O segundo violino”, utilizada por Engels para referir-se a seu papel junto a Marx, expressa primeiramente em uma carta pessoal a um amigo, foi repetida em outras ocasiões, como em 1883, em uma carta em que questionava a supervalorização que lhe fora dada por Mehring sobre seu papel na elaboração do socialismo científico (NETTO, 1982: 27). Provavelmente, o registro da *metáfora musical* contribuiu para sua popularização no meio marxista, tendo por corolário a ideia de um Engels que “apenas” acompanhava o texto melódico principal:

A modéstia de Engels não é falsa, embora a história deva reconhecer, posteriormente, que Engels foi, anteriormente à Marx, o primeiro formulador

teórico do papel revolucionário do proletariado, ideia básica com a qual ele e Marx se incorporaram ao movimento proletário (e sem o qual o *Manifesto Comunista* não teria existido (COGGIOLA, 1995: 10).

José Paulo Netto chama atenção para a importância das obras anteriores ao trabalho de Engels com Marx, como o “Esboço de uma crítica da economia política”, de 1844, texto que assinala a aproximação entre os dois, a partir da sua publicação no jornal “*Deutsch-französische Jahrbucher*”, e que lançaria as bases da crítica da economia política como ciência prioritária para o conhecimento da sociedade burguesa (NETTO, 1982: 35). Antes, ainda, Engels teria aberto o caminho do materialismo, expresso em seus artigos sobre Shelling escritos na Alemanha – anteriores à sua estadia na Inglaterra em seu período mais “boêmio” e literário, ainda com menos de 20 anos –, ideia que já está presente no texto de Lenin, anteriormente citado.

Desta intensa e longa colaboração é deveras conhecido o acordo que foi estabelecido entre ambos a partir da década de 1870, de forma explícita, ou seja, quando organizam uma divisão das tarefas revolucionárias. Engels assumiu, assim, as tarefas políticas *strictu sensu*: atuando diretamente junto a organizações de trabalhadores e socialistas, em particular na *Internacional Socialista* (primeiramente, na *Associação Internacional dos Trabalhadores* - AIT e depois, na *II Internacional*), escrevendo artigos e documentos para jornais, e revistas do meio operário e socialista, sendo uma espécie de “guia espiritual” do movimento operário em ascensão até o final de sua vida (LENIN, 2017: 18). Simultaneamente, Marx debruçou-se de corpo e alma à pesquisa de “*O capital*” com o suporte material que Engels, dada a sua condição de classe, aportava para sua família. Este período corresponde, inclusive, ao que Friedrich, jocosamente, chamou de “cativeiro egípcio”, tendo a cidade de Manchester como local de residência e a Europa como espaço de militância propriamente dita, coetânea ao período dedicado ao projeto d’*O capital*.

O papel que Engels desempenhou junto à consolidação do projeto de *O Capital* esteve muito além da mera revisão e da publicação dos Tomos II e III da obra. Lenin, pioneiramente, destaca o papel fundamental de Engels neste trabalho, e os estudos mais contemporâneos sobre a longa história da “Bíblia do proletariado” comprovam, neste sentido, o dito pioneiro do líder soviético (Tarcus, 2019). Ao mesmo tempo, Engels não abandonou, no “cativeiro”, a própria escrita: produziu obras autorais ainda neste período, como o *Anti Dühring* (publicado em 1878), *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (publicado em 1884) e *A Dialética da Natureza*, este último vindo a aparecer muitos anos após seu falecimento (1927), afinadas, em diversos sentidos, com suas obras seminais e juvenis, anteriores à aliança com Marx.

Como sabemos, tanto para Marx quanto para Engels, a produção teórica necessariamente alimentava-se das lutas e contradições do tempo presente, em especial as que continham elementos para a superação do capitalismo. Assim, é impossível pensar o empreendimento do “duo de violinos” de forma independente, bem como desconsiderar que ambos são expressão - e, certamente, a melhor delas - das lutas e contradições vividas no século XIX:

Marx e Engels coincidiram objetivamente (e, depois, subjetivamente) por serem os expoentes mais lúcidos de uma vasta geração de intelectuais europeus que deveriam resolver com urgência a questão da relação entre filosofia e ação, entre teoria e prática, no quadro da efervescência social, política e ideológica criada as vésperas das revoluções de 1848, quando a irreversível crise do antigo regime ou de suas sobrevivências se combinou com as emergências, pela primeira vez, das contradições próprias do capitalismo, o que foi possível nas “jornadas de junho” na França, quando o proletariado protagonizou, segundo Marx, sua primeira jornada histórica própria (COGGIOLA, 1995: 17).

Agora bem, o debate acerca do “lugar” ocupado por Engels ultrapassa aspectos idiossincráticos e pessoais: como sabemos, ao longo destes quase dois séculos que nos separam de

seu contexto, e dentro do próprio marxismo, muitas leituras, interpretações e divergências ocorreram. Entre estes dissensos há aqueles que retiraram os elementos mais cruciais de sua perspectiva original, destituídas da dialética e da práxis revolucionária. Nessa via, deve-se mencionar, ainda, as diversas lacunas em termos do acesso às obras de Engels (e suas traduções e edições) e as leituras enviesadas ou deturpadas de seus escritos:

Toda a operação pretensamente destinada a fazer de Engels um “pai do reformismo” baseou-se numa mutilação ou destruição de textos (ou seja, da História) semelhante à empreendida ulteriormente pelo stalinismo com relação à Revolução de Outubro, atendendo as mesmas necessidades desta última empresa: preservar os interesses da uma determinada burocracia social democrata ou stalinista (COGGIOLA, 1995: 37).

A viagem de Engels à Inglaterra, em 1842, viabiliza sua aproximação definitiva e deliberada do movimento socialista, não apenas observando o dia a dia da classe trabalhadora, mas atuando junto das lutas operárias que despontavam naqueles anos. E será no âmbito de sua interlocução com os movimentos operários daquele contexto – notadamente o cartismo, que vive então um momento auspicioso – que ele produzirá “*A situação da classe operária na Inglaterra.*”, expressando a característica que marcará toda sua vida ulterior: seu posicionamento analítico nunca deixa de supor, necessariamente, o envolvimento político (NETTO, 1982: 33).

Assim, passamos a fazer uma breve apresentação das duas obras que nos interessam diretamente neste artigo e que nos trazem elementos para tratar da questão da moradia de forma direta. São eles: *A Situação da classe operária na Inglaterra* (doravante chamado de “A situação”) e *Sobre a questão da moradia* (doravante chamado de “Sobre a questão”), escritos em momentos diferentes e comportando um intervalo de três décadas de diferença.

“*A Situação*” foi redigida em 1844 na Alemanha e é fruto dos quase dois anos de estadia na Inglaterra, quando o jovem Friedrich estava enredado no conflito entre as tarefas de “gerenciar os negócios do pai” e de “conhecer a vida de trabalhadores” a partir do centro mais dinâmico do capitalismo. Engels afirma no preâmbulo da edição alemã de 1845 (que é a primeira):

Durante vinte e um meses tive a oportunidade de *conhecer de perto*, por observações e relações pessoais, o proletariado inglês, suas aspirações, seus sofrimentos, suas alegrias – ao mesmo tempo em que completava minhas observações recorrendo às necessárias *fontes originais* (ENGELS, 2010: 41, grifos nossos).

Estamos diante de uma obra de fôlego, com cerca de 300 páginas, recheada de observações coletadas “em primeira mão”, em diversos bairros e fábricas em Manchester, Londres, Liverpool, Edimburgo e Leeds. Somente esse aspecto – que permite que classifiquemos a obra como uma *etnografia* – já faz dela um trabalho fundamental para compreender o significado que o capitalismo imprimiu às primeiras gerações de trabalhadores expropriados de suas terras e jogados no “turbilhão” da modernidade guiada pelo Capital. O livro traz ainda uma infinidade de referências documentais (as *fontes originais*) que incluem matérias de jornais, relatórios médicos e sanitários, e, ainda, sentenças judiciais – todos devidamente contextualizados e crivados pela contundente crítica de seu autor. Acredita-se que este trabalho exaustivo de coleta de documentação foi facilitado pela dupla inserção de Engels: nos meios burgueses (de onde adveio seu domínio de várias línguas e códigos) e, desde 1843, de sua relação com Mary Burns, operária de origem irlandesa que virou sua companheira. Foi pelas mãos dela que ele adentrou territórios “sórdidos” e invisíveis, desde o ponto de vista burguês, os quais ele descreve em detalhes, mas não sem buscar compreender as razões sociais das condutas “violentas” ou perigosas. No capítulo “As grandes cidades” encontramos a descrição da vida cotidiana do operariado: o traçado das ruas, o “acesso” - e sobretudo, a falta dele -

à água e à iluminação, a organização interna dos quartos, a descrição espantada das “camas que nunca esquentam”, o consumo alimentos adulterados pelos merceiros, as condições de saúde, entre outros. Nesta obra já está presente a ideia expressa no parágrafo do *Manifesto Comunista*, supracitado, sintetizando a noção de que à *exploração* [ocorrida no espaço da produção – a fábrica] agregam-se outras formas de *espoliação*. Engels ancorou-se fartamente no referido conjunto de dados coletados *in loco* alguns anos antes e que será retomada nos artigos de “*Sobre a questão*”.

Destacamos mais dois aspectos nesta obra: a dimensão comparativa entre a vida dos trabalhadores e a vida da burguesia, com evidente esforço de análise que transcende a mera descrição e a contundente crítica às propostas filantrópicas que pululavam no país na ocasião, expressando o que seria a suposta “solução” burguesa ou pequeno-burguesa para a questão social, características que reaparecem em “*Sobre a questão*”.

Sem dúvida, será algumas décadas depois que aparecerá a reflexão mais elaborada de Engels sobre o problema da habitação: ela estará no conjunto de artigos publicados entre os anos 1872 e 1873, posteriormente compilados em livro. Muitos elementos analisados com maior rigor já estavam presentes em “*A situação*”, motivo pelo qual o próprio Engels fará referências nestes artigos ulteriores à trechos de sua obra anterior, como veremos depois.

Mas, ainda nessa década, encontramos importantes assertivas nesta via em *Os princípios do comunismo*, documento de 1847, provavelmente o principal esboço do que veio a ser depois o *Manifesto do Partido Comunista*. Com um formato muito peculiar de redação, provavelmente decorrente do contexto para o qual fora originalmente destinado (*Projeto para um Programa para a Liga dos comunistas*), o texto traz no seu item 18 (intitulado: Qual será o curso desta revolução?) entre as outras “amplas medidas” a serem tomadas diretamente contra a propriedade privada e como parte do projeto de consolidação da emancipação do proletariado:

(9) *Construção, em lugares públicos, de grandes palácios* que sirvam de residência a comunidades de cidadãos que trabalham na indústria e na agricultura, de forma a unir as vantagens da vida da cidade e do campo, suprimindo o caráter unilateral e as desvantagens de uma e de outra;(10) *Destruição de todos os bairros e casas insalubres e mal construídas* (ENGELS, 1981: 93, negritos nossos).

Chamamos atenção aqui para a proposta de demolição dos bairros a moradias insalubres, bem como a construção de “grandes palácios públicos”, destinados à moradia da classe trabalhadora, além do aspecto referente à união de elementos do urbano e do rural, aspectos que irão aparecer, mais tarde, na crítica que Engels desfere aos proudhonistas que tratam do assunto na Alemanha. No *Manifesto*, esses itens não aparecem da mesma forma, mas, logo após descrever o processo de desenvolvimento da indústria moderna, há uma referência ao processo de espoliação dos trabalhadores fora das fábricas: “Uma vez terminada a exploração do operário pelo fabricante, isto é, logo que o operário recebe seu salário, caem sobre ele outras partes da burguesia: o proprietário da casa, o merceiro, o penhorista, etc.” (MARX; ENGELS, 1989: 73)

No *Questionário sobre a situação operária na França* elaborado por Marx, em 1880, encontramos também referências diretas, além de alusões, relativas à questão da moradia, como as de número 68 e 69, respectivamente:

Caso o patrão lhe alugue o quarto em que vive, em que condições é feito este aluguel? Ele desconta o aluguel do salário? E, logo a seguir: “Quais os preços dos artigos de primeira necessidade, tais como: *aluguel da moradia*, indicando as condições do contrato, número de cômodos e de pessoas que os ocupam; gastos com reparos e seguros; compra e manutenção de moveis, calefação, iluminação, água, etc.; b) alimentos.... (...). (MARX, 1982: 139, grifos nossos).

Já em “A Ideologia Alemã”, escrita entre 1845 e 1846, Marx e Engels discorrem brevemente sobre as questões da separação entre cidade e campo a partir do surgimento da cidade medieval. Esta corresponderia à maior divisão entre trabalho material e espiritual baseada na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção (p. 52). Assim como a oposição entre cidade e campo só poderia existir dentro da dinâmica societal fundada na propriedade privada. Acreditamos advir daí as recorrentes passagens de Engels em “*Sobre a questão*” nas quais ele sustenta que somente através de uma revolução poderá haver a supressão do referido antagonismo. No trecho citado, destacamos ainda a proposição de que a cidade seria então um *lugar de concentração*: “[concentração]da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário...”

### NOTÁVEIS ARTIGOS SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA

A coletânea de textos que hoje podemos ler como sendo uma obra (“Sobre a questão da moradia”) corresponde ao que foi, originalmente, uma série de três artigos publicados entre 1872 e 1873, no jornal *Der Volksstaat*, jornal do Partido Social-Democrata da Alemanha, sob os seguintes títulos: *Como Proudhon Trata da questão da moradia*, *Como a burguesia resolve a questão da moradia* e *Adendo sobre Proudhon e a questão da moradia*. A história destes textos - chamados por Lenin de “notáveis artigos sobre a questão da moradia”, em 1895 - é bastante reveladora da tarefa política de Engels, referida anteriormente. E decorreu do espanto que Engels manifestou diante da publicação de uma série de artigos publicado no mesmo jornal, e que resultou na publicação dos seus artigos como “resposta” aos “anônimos” autores, os quais depois serão, então, conhecidos. O imbróglio expressa a importância que Marx e Engels atribuíam à imprensa operária e socialista como formadora da consciência dos trabalhadores. Por esta razão, ele se reporta várias vezes nesses artigos a elementos centrais do volume I de *O capital* e também a muitos trechos de sua obra anterior, indicando literalmente algumas passagens de “A situação”.

A autoria dos artigos publicados entre fevereiro e março de 1872 foi atribuída ao médico alemão Arthur Mulberger, que Engels chamará de “prodhounista” (usando o termo como categoria de acusação) por entender que a argumentação deste autor seguiria a mesma via das ideias pequeno-burguesas de Proudhon, aplicando-as ao contexto alemão para supostamente “resolver” o problema da moradia. Engels manifesta sua indignação com a reverberação das ideias do antigo interlocutor, consideradas anacrônicas. O artigo “Adendo sobre Proudhon” trata de criticar o livro *As condições de moradia das classes trabalhadoras e sua reforma*, de Emil Sax, publicado em Viena, em 1869, e que também faria parte do coro de seguidores do “cacarejo de Proudhon”, como diz Engels, equivocadamente não apenas no que tange à “solução proposta” para o problema da moradia dos trabalhadores, como também quanto às bases analíticas sobre as quais estas proposições repousavam. Ou seja, os três artigos têm como fio condutor a crítica à permanência das ideias de Proudhon no pensamento dos “reformadores”. Engels argumenta que este não atacava a propriedade privada, cerne da exploração no capitalismo, preferindo apostar em uma espécie de retorno ao passado, idealizado e contrário ao movimento dialético da história, caracterizando o que Engels chama de *socialismo (pequeno) burguês*. Estes artigos foram reunidos e editados como livro já em 1887, e implicaram em uma sistematização e edição específica, capitaneada pelo próprio Engels. A contundente crítica vem acompanhada da irônica expressão referente ao projeto burguês de moradia para os trabalhadores, sintetizada em: “uma casinha e uma hortinha para chamar de suas”, buscando prendê-los ardilosamente à terra e à propriedade privada (ENGELS, 2010).

A falta de habitação ou as péssimas condições de moradia não são problemas exclusivos do capitalismo, “ela [escassez de moradia] atingiu todas as classes oprimidas de todos os tempos de modo bastante homogêneo” (ENGELS, 2015: 38). Porém, podemos avaliar, sem dúvidas, que o atual sistema político e econômico teve um papel fundamental em agravá-la – principalmente com o surgimento das grandes cidades, a partir da primeira revolução industrial – a ponto de não ser

possível solucionar a escassez de moradia sem que mudem as bases do próprio sistema, como acreditavam alguns de seus contemporâneos, nos já citados debates em “*Sobre a questão*”. Engels é sempre bastante enfático: “Para pôr um fim a essa escassez de moradia só existe um meio: **eliminar totalmente a espoliação e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante**” (idem: 38, grifo do autor). Em diversas passagens desta obra o autor destaca a necessidade de uma revolução social como solução para os problemas de moradia nas grandes cidades. Inclusive fazendo um exercício de imaginação das tarefas imediatas e horizontes que a classe trabalhadora teria que perseguir, desde as expropriações das casas já existentes até a supressão da divisão entre campo e cidade, como colocado anteriormente (idem: 56). Engels definirá aí a “**escassez de moradia**”:

O que hoje se entende por **escassez de moradia** é o **peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores** em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas particulares; e para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento (ENGELS, 2015: 38, negritos nossos).

Podemos ver que ele versa sobre diversos pontos que são comuns aos já iniciados nas leituras das questões da habitação e urbanas em geral: falta de moradias, “desequilíbrios” que envolvem as migrações campo-cidade, alto preço dos imóveis, precariedade de habitar nesses imóveis, diferença entre os imóveis onde vive a burguesia e os que abrigam os trabalhadores, etc.

## O RELATÓRIO DE 2015 DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

A Fundação João Pinheiro (doravante FJP) foi criada em 1969 e está vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Como instituição de pesquisa e ensino, produz indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. O conceito central que utiliza em seus trabalhos sobre moradia – **déficit habitacional** – é utilizado por diversas instituições governamentais e de pesquisa, tanto como elemento para diagnóstico de problemas urbanos quanto para a promoção de políticas públicas desde 1995. O Relatório de 2015 diz o seguinte:

Basicamente o conceito de déficit indica a necessidade de construção de novas moradias para atender à demanda habitacional da população em dado momento. A inadequação de domicílios, por sua vez, não está relacionada ao dimensionamento do estoque de moradias, mas sim às especificidades dos domicílios que prejudicam a qualidade de vida de seus moradores (FJP, 2018: 10).

Como referido anteriormente, os dados coletados pela Fundação têm sido recuperados não apenas por setores dos governos, mas também por movimentos sociais, já que a produção destes dados permite visualizar o tamanho do problema da moradia no sentido da população brasileira. O relatório de 2015, em particular, foi bastante referenciado por alguns destes movimentos, como o MTST (Movimento dos trabalhadores sem teto), que adquiriu projeção nacional nos últimos anos:

*Déficit habitacional* é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam para atender todos aqueles que precisam no país. Existem dois modos de definição deste déficit: o quantitativo (número de famílias que não tem casa) e o qualitativo (número de famílias que moram em situação extremamente inadequada). Estes dois dados juntos formam o quadro do problema habitacional brasileiro (BOULOS, 2015: 13).

Destacamos nesta fala os elementos **qualitativos** citados pelo autor, que foram incorporados ao déficit ao longo dos anos na metodologia da FJP, a partir do conceito da **inadequação de domicílios**, que segundo o relatório da fundação: “reflete problemas na

qualidade de vida dos moradores: não estão relacionados ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas.” (FJP, 2018: 10).

Alguns autores consideram essas duas dimensões como parte do mesmo problema, afinal a *falta de moradia* se articula também com a *precariedade das habitações*, que vão se degradando com rapidez ao longo do tempo. Boa parte dos movimentos de luta por moradia e moradores/as de ocupações urbanas de caráter espontâneo muitas vezes questionam se a ocupação em si é a garantia de uma moradia digna ou um passo para tal, já que em diversas dessas ocupações, mesmo com quatro paredes e teto, as habitações são paupérrimas. A citação apresentada acima, a nosso juízo, mostra como esses dois conceitos vem sendo articulados, em alguns casos, para delinear o panorama da questão da habitação no Brasil. Também são conhecidos os desafios das Ocupações organizadas após o momento inicial: as lutas são diárias, envolvem desde mutirões para construir a infraestrutura necessária para levar água e luz às comunidades até mobilizações para garantir o acesso aos serviços ditos “universais” no âmbito do Sistema Único de Saúde, no sistema de educação pública (creches e escolas) e nos serviços de assistência social, fundamentais para acesso a programas como Bolsa família e outros. Muitos destes direitos são negados aos moradores das Ocupações a partir de alegações como “falta de comprovante de residência” e outras, usadas como pretexto para a sua criminalização por parte do poder público.

Ou seja, o conceito de *déficit habitacional*, junto com o de *inadequação de domicílios*, trata (em linhas gerais), da mesma problemática que o conceito de Engels (*escassez de moradia*). É claro que devemos considerar as especificidades de cada tempo e também as finalidades para as quais foram investigados. Engels não tinha como pretensão desenvolver um cálculo estatístico como faz a FJP, nem estava preocupado em “melhorar” políticas habitacionais desenvolvidas – ou a serem desenvolvidas - pelo Estado, o que pode estar presente como horizonte hoje não apenas para urbanistas ou políticos, como também para movimentos de luta pela moradia. Pelo contrário, Engels desenvolvia uma teoria que visava a ruptura com a ordem vigente, como explicita de forma bastante clara nas concepções veiculadas pelos Srs. Sax e Mulberg nos artigos da Volkstaat e, por consequência, as visões utópicas fundadas na filosofia proudhoniana.

Explicados os conceitos objetos da investigação, passamos agora para uma análise mais detalhada do *Relatório Déficit habitacional no Brasil 2015 da Fundação João Pinheiro* (doravante, simplesmente, **Relatório de 2015**) que traz elementos constitutivos do déficit e inadequação, colocando-os de frente com a obra *engelsiana*. Outras fontes de dados que a FJP usa são as pesquisas do IBGE, entre elas o Censo e a PNAD, que é realizada anualmente em regiões metropolitanas selecionadas e corresponde à fonte de dados para a versão que nos apropriamos aqui. Por isso, algumas categorias - entre as quais destacamos as que se referem à tipologia dos domicílios e déficit – da FJP correspondem as definições do próprio IBGE. Por isso, também o documento utilizado não possui detalhamento por municípios, como seria caso fosse realizado a partir do Censo (FJP, 2018: 13). Os pesquisadores Victor Hugo Tonin e Lino Peres (2015) argumentam que **os resultados – e não os métodos** – do *déficit* podem ser levemente diferentes quando a pesquisa é feita a partir da PNAD ou produzida com os dados do Censo. Eles mostram que, segundo o relatório sobre déficit habitacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – instituição ligada à Presidência da República (IPEA) – de 2013 e falas de representantes da FJP, os dados da PNAD e Censo são “estruturalmente diferentes”, “o que traz problemas para a comparação direta”. O presente trabalho não fará a análise do conceito de déficit a partir desse documento, por compreender que eles partem da metodologia criada pela FJP, e sua relevância se dá pelo conteúdo e não pela inovação nos conceitos ou métodos, como sugerem alguns autores que se debruçam com maior detalhamento sobre esta questão (TONIN; PERES, 2015).

Os autores ainda citam a existência de uma “disputa” pelas estatísticas em torno dos dados, na qual alguns analistas “manipulam” taxas percentuais, ignorando dados do Censo (que são apontados como os mais apropriados), com fins de produzir uma propaganda positiva do programa para o governo, enquanto o déficit segue aumentando (TONIN; PERES, 2015). Todavia, esse relatório é o documento mais recente da FJP sobre esse tema. **E é utilizado aqui por este motivo**, já que apresenta **o máximo desenvolvimento dos conceitos** de déficit e inadequação, bem como uma discussão a respeito dos seus aspectos metodológicos, foco do presente trabalho. A definição de déficit adotada pela FJP, citada anteriormente, nos dirige para a necessidade da construção de novas moradias, alegando que há “deficiência de estoque” de moradias” (FJP, 2018: 20). Já a inadequação de domicílios é tratada de maneira oposta: não necessitando da construção de novas unidades, mas sim de reformas, regulamentações fundiárias e políticas públicas de modo geral.

Aqui já podemos perceber uma diferença direta com as ideias de **escassez de moradia**, afinal, a premissa de Engels não é a construção de novas moradias. A intervenção mais imediata recomendada para o movimento proletário, junto a uma revolução que mexa nas bases do sistema capitalista, é a ocupação de imóveis já existentes através de expropriações diretas ou acomodação dos trabalhadores através da “utilização racional” deles (ENGELS, 2015: 56), similar às ocupações urbanas realizadas por diversos movimentos sociais e organizações políticas.

Pode-se aferir, por exemplo, a partir do Relatório de 2015 e dos dados do IBGE de 2007, como essa afirmação é coerente com a realidade brasileira do século XXI:

“(...) são 6.273.000 de famílias que não tem casa no país. Problema muito grave, principalmente quando a mesma pesquisa nos mostra que existem 7.351.000 de imóveis vazios, sendo que 85% deles teriam condições de serem imediatamente ocupados por moradores. Ou seja, há mais casas sem gente do que gente sem casa. Em tese, nenhum imóvel precisaria ser construído para resolver o problema habitacional do Brasil (BOULOS, 2012: 17).

Segundo o Relatório de 2015, o déficit habitacional para aquele ano era de 6,355 milhões de domicílios: “De acordo com a Pnad 2015, o Brasil possui 7,906 milhões de imóveis vagos” (FJP, 2018: 37), ou seja, podemos ver que a situação não apenas **não** se resolveu, como ficou **ainda mais grave**. Ademais, segundo o documento, “Especula-se que muitas dessas moradias não sejam adequadas ao **perfil do consumidor** que realmente precisa ser atendido.” (idem: 39, grifo nosso). Essa passagem, para além de constatar o fato de que as pessoas que estão em situação de maior precariedade em relação ao déficit e inadequação – que são geralmente as mais empobrecidas – não poderão comprar uma casa, nos revela que **a inclinação do documento é de tratar do problema como uma questão passível de ser resolvida através do mercado**, dentro do sistema de produção capitalista. Como vemos, o relatório, apesar de profícuo em apresentar dados, não se isenta de interpretá-los a partir de uma perspectiva bastante afinada com a ideologia liberal que serve de corolário ao capitalismo – em suas diferentes versões. Outros autores detalham como esse processo tem se colocado nas metrópoles brasileiras, nas últimas décadas:

Uma das características dessas cidades periféricas é um mercado formal ou legal limitado que frequentemente oferece um produto de luxo para uma minoria da população. Os lucros, decorrentes de atividades especulativas com imóveis, ocupam um lugar muito importante nesse mercado, pressionando a disputa por terras e ampliando seu preço. *A retenção de terras ociosas nas cidades é parte estrutural desse modelo que combina: mercado restrito e frequentemente luxuoso, lucro especulativo, ausência de políticas sociais em escala significativa (isto é, uma*

*escala que vá além das festejadas best practices), escassez de moradia, segregação e informalidade (MARICATO, 2011: 8, grifos nossos).*

O que a autora traz está diretamente ligado ao que Engels apontava nas suas análises sobre a indústria da construção civil: “as moradias mais caras representam um campo de especulação muito mais atrativo” (ENGELS, 2015: 40). Não obstante o fato de que ele não se referia a uma cidade do século XXI e nem muito menos a cidades situadas na periferia do sistema capitalista, pode-se perceber a continuidade “lógica” entre ambas as reflexões. Engels explica como os trabalhadores, ao não conseguirem adquirir uma moradia por via da compra, são forçados a se deslocarem para longe dos centros das cidades e, mesmo assim, às vezes não conseguem adquirir um imóvel digno, processo conhecido como segregação socioespacial, que detalharemos adiante.

Além do flagrante descompasso entre imóveis ociosos e famílias sem imóvel para morar, destacado anteriormente, o alto custo dos aluguéis, articulados às condições precárias e instáveis do “morar”, compõem um quadro sinistro para grandes parcelas da classe trabalhadora. Os relatos de situações de extrema precariedade estão longe de se reportarem às grandes metrópoles – embora sejam nestas em que as ocupações organizadas adquiram maior visibilidade. Nesta via, citamos alguns depoimentos coletados em pesquisas sobre ocupações nos quais a questão do alto valor dos aluguéis é referenciada como um dos piores problemas dos trabalhadores:

“Há muito eu pagava aluguel o dinheiro que eu paguei aluguel é um dinheiro que não tem retorno. Foi isso que me cansou. E agora eu pretendo pagar o que é meu, estou aqui nessa luta, batalhando, junto da minha família que eles também tã aqui, tã batalhando, todos pra saí do aluguel. A gente quer pagar agora o que é da gente, e *tamo* animado! “*Tamo animado*” porque a gente tem gente do nosso lado, e a turma que tá aqui, são pessoas que precisam, pessoas que tem, é são trabalhadoras, que tem anos que tava né... precisando de uma casa pra morar, esperando ir pra sua casa, né? Foi isso que me cansou. E agora eu pretendo pagar o que é meu (Acampamento sem teto, 2013 apud De Sordi; Morais, 2015).

Em pesquisa de campo que realizamos junto a diversas Ocupações na Grande Florianópolis, há mais de uma década, também encontramos situações similares, expressas também por uma liderança no relato que segue:

“Através de uma batalha, um passo de cada vez, a gente tá conseguindo alcançar nossos objetivos. a gente dá dois passos pra frente e um para trás. Mas sempre tendo em vista uma meta: *moradia digna para nossas famílias, um acesso à cidade, direito à saúde e educação*, isso hoje nos é negado. A gente é tratado com muita discriminação” (MAIER, 2020, grifos nossos).

O déficit habitacional, segundo a FJP, seria resolvido a partir da construção de novas habitações com vias de repor o estoque de moradias. Por isso, o déficit é dividido entre **déficit por reposição de estoque** e **déficit por incremento de estoque**. O primeiro é associado à necessidade de substituir as habitações já existentes por novas, seja pela precariedade ou pelo desgaste da estrutura física, e o segundo advém da necessidade de novas habitações.

Na categoria da **reposição** estão os **domicílios rústicos**, que precisariam ser repostos pelo seu grau de deterioração no tempo. Domicílios com alto grau de depreciação podem fazer parte dessa parcela de déficit ou da inadequação, a depender do seu estado e uso. Porém, a falta de dados e informações, junto das dificuldades de acesso sobre a situação de tais imóveis, impedem sua incorporação às estimativas das necessidades habitacionais. (FJP, 2018: 20). Embora seja metodologicamente relevante, “a separação conceitual em déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque possui pouca relevância do ponto de vista dos cálculos” (idem: 21).

Já o **déficit por incremento** inclui todas aquelas habitações que precisarão surgir para atender uma demanda crescente. Estão inclusos os **domicílios improvisados** que são os locais sem fins residenciais e todo tipo de habitação que não foi feita para receber moradores, como carros, viadutos, imóveis comerciais, entre outros; as habitações em situação de **coabitação**, que ocorre quando há, pelo menos, outras duas pessoas convivendo junto da família principal – caracterizada como família convivente secundária – no mesmo domicílio. A forma como se contabilizam as famílias em situação de coabitação que estão no déficit se alterou muito no decorrer dos anos. O presente documento considera “a média do percentual de famílias com intenção de estabelecer novo domicílio no período entre 2011 e 2014” (FJP, 2018: 23).

Outro componente do déficit habitacional é o **ônus excessivo com aluguel urbano**. Correspondente “ao número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários-mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel”. (FJP, 2018: 21-23). E, por último, o **adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados**, que se caracteriza pelo “número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório” (idem: 24), é incluído no déficit e não mais na inadequação desde 2007. Essa inclusão se deve pela impossibilidade de venda ou ampliação do imóvel pelo inquilino.

A **inadequação de domicílios** compreende os domicílios que “não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades” (FJP, 2018: 25), localizados em áreas urbanas e que não são incluídos no déficit habitacional. Cada domicílio pode também apresentar diversos componentes da inadequação, porém eles são apresentados de forma separada para possibilitar a elaboração de políticas públicas específicas para cada variável (idem: 26). Estão inclusos nesta categoria os domicílios: os que possuem **carência de infraestrutura**, aqueles que não possuem algum serviço básico - como energia elétrica, abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo; o **adensamento excessivo em domicílios próprios**, que são aqueles no qual o número médio de moradores é superior a três por dormitório e se diferencia do componente do déficit apenas pelo fator da propriedade do imóvel; também são incluídas as habitações em situação de **inadequação fundiária**, situação na qual pelo menos um dos moradores possui a propriedade da moradia, mas não a do terreno; as **habitações sob cobertura inadequada**, que são aquelas que possuem telhados precários ou improvisados; e, por último, a **inexistência de unidade sanitária exclusiva**, que são as moradias que não dispõem de banheiro próprio.

Já explicamos como a classificação acima é parte da metodologia da FJP, mas que na prática seus componentes são encarados todos como parte do problema habitacional no Brasil. Para Engels, praticamente todos os aspectos levantados acima **seriam** parte da mesma escassez de moradia, e vários deles foram indicados em suas obras como fazendo parte da problemática das grandes metrópoles que surgiam em seu tempo. Assim, após páginas dissertando sobre a situação em que vivia a classe trabalhadora na Inglaterra, Engels afirma que a condição de moradia era uma espécie de *régua*, pela qual se podia também medir ou constatar como as outras necessidades dos trabalhadores eram atendidas. Ele conclui apresentando-nos as reais condições nas quais vivam os operários:

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; *seus habitantes são confinados num espaço mínimo* e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o *interior das casas é miserável*: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis (ENGELS, 2010: 115, grifos nossos).

Mas será, de fato, nos textos publicados no *Der Volksstaat*, décadas depois, que suas críticas ganham contornos mais definidos: a escassez é definida como um conceito que incorpora os aspectos citados acima:

Ela [a escassez de moradia] é um produto necessário da forma burguesa da sociedade; que *sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário* e, portanto, da soma de mantimentos necessários para garantir sua existência e reprodução; [...] na qual grandes massas de trabalhadores são concentradas nas metrópoles, e isso mais rapidamente do que, nas condições vigentes, surgem moradias para eles; na qual, portanto, encontram-se necessariamente locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também de certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os aluguéis mais altos possíveis. *Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso, é uma instituição necessária*, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre a saúde etc., quando a ordem social da qual ela se originou for revolucionada desde a base (ENGELS, 2015: 71, grifos nossos).

Argumentamos que a escassez de moradia vai além do déficit e abrange problemas urbanos que extrapolam as quatro paredes de uma habitação e, mais, que se distribuem nas cidades de forma generalizada. Quando relata o que observou em Manchester, Engels afirma que a maneira como a cidade foi construída permitia que os transeuntes e moradores ricos passassem anos sem “jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário” (ENGELS, 2010: 90). Pois a forma como a cidade fora construída havia separado esses bairros daqueles destinados às classes possuidoras de forma intencional, e quando a separação não ocorria, as carências eram dissimuladas “sob o manto da caridade” (Idem). Ou seja, apesar de sua magnitude e escala, os problemas urbanos *não* afetarão todas as classes da mesma forma. Engels antevê – ou antecipa, do ponto de vista analítico – o processo que hoje conhecemos como segregação socioespacial: a espacialização das diferenças sociais no espaço urbano, processo que atravessa as cidades a partir das relações sociais que articulam as diferentes classes e conferem valor à terra urbana, processo diferenciado que contam com o apoio decisivo do Estado.

Em um primeiro momento, Engels trata da segregação como uma *disposição urbana hipócrita*, comum a todas as grandes cidades (ENGELS, 2015: 90). Mas, nos artigos de 1873 e 1874 ele aprofunda sua crítica, mostrando sua intencionalidade por parte das classes possuidoras, caracterizando-a como “*método*” *burguês*:

Entendo por método Haussmann a praxis generalizada de abrir brechas nos distritos dos trabalhadores, em especial nos distritos localizados nos centros de nossas grandes cidades, quer tenha sido motivada por considerações de saúde pública e de embelezamento, pela demanda de grandes conjuntos comerciais localizados no centro ou pela necessidade de circulação, como a instalação de ferrovias, ruas, etc. O resultado em parte, e o mesmo, não importa qual seja o motivo alegado: as vielas e os becos mais escandalosos desaparecem sob a enorme autoglorificação da burguesia em virtude de tão retumbante êxito, mas reaparecem imediatamente em outro lugar e muitas vezes na vizinhança mais próxima” (ENGELS, 2015: 104).

A referência à Haussmann merece um pequeno aparte: trata-se do ex-prefeito de Paris, que atuou durante quase vinte anos sob o Império de Luis Bonaparte e cuja atuação caracterizou-se pela elaboração e execução de projeto de controle dos levantes e barricadas da população pobre na capital da França. Articulando preocupações de tipo higienista e urbano, *conseguiu* destruir grande parte da antiga capital e instituir o que depois viria a se consolidar como modernismo. O empreendimento - diretamente ligado ao projeto de poder do III Império, conhecido pela análise contundente de

Marx, em “O 18 do Brumário” -, serviu como modelo de desenho urbano burguês por meio da construção de avenidas e “boulevards”. Capitanado pela abertura de vias largas, um duplo processo ocorria: instalação de luxuosos prédios e expulsão da população pobre, forçada a buscar novos espaços de vivenda fora do centro da cidade. O resultado disso foi que as moradias em péssimas condições “desapareciam”, abrindo espaço para as construções da burguesia, e reapareciam muitas vezes em condições ainda piores em outros lugares (ENGELS, 2015: 104). O modelo *haussmaniano* serviu de base para uma série de intervenções urbanas também na periferia do capitalismo, como no caso das reformas urbanas feitas no Brasil, no início do século XX, como previra Engels ao dizer que o espírito de Haussmann havia se espalhado por várias cidades capitalistas (Engels, 2015: 40). O caso mais conhecido no Brasil foi a reforma promovida por Pereira Passos, no Rio de Janeiro, cidade na qual a intervenção urbana esteve fortemente associada ao projeto de controle da classe trabalhadora - e da população negra que desta fazia parte.

A acuidade de Engels em relatar os problemas habitacionais que o capitalismo nascente geraria é tanta que ele chega mesmo a antever a **não-solução** que seria um **programa habitacional de compras de casa pelos trabalhadores**, solução propagandeada na época por Proudhon e seus seguidores, a qual estava em prática não por pressão dos trabalhadores, mas justamente pelos “grandes burgueses” (ENGELS, 2015: 51-55).

Isso nos leva a outro ponto relativo ao conceito de escassez que está relacionado mais diretamente à dinâmica capitalista do que com a residência em si. Isto ocorre porque a **moradia está incluída na lei do valor** (ENGELS, 2015: 60), ela é uma mercadoria como qualquer outra no capitalismo - afirmação que a FJP também não nega, e até deixa bem clara nas linhas do Relatório, quando comenta como os domicílios disponíveis constituem o “estoque de mercado”. Inclusive, reconhece que várias dessas moradias podem não ser adequadas ao “perfil do consumidor que realmente precisa ser atendido” (FJP, 2018: 39), ou seja, para a Fundação as habitações não só seriam diretamente um produto para o mercado como também poderiam não estar servindo aos mais pobres, por estes estarem impedidos de acessarem o mercado formal. Colocado como especulação no documento, esse é um fato mais do que confirmado não apenas pelo déficit crescente, mas também pelos depoimentos e estudos no tema.

Tratando, portanto, a moradia como mercadoria, destacamos:

Do ponto de vista mais abstrato que podemos alcançar ao analisar o modo de produção capitalista, o problema da habitação é o problema de reprodução da força de trabalho. E este é um problema tanto para o portador da mercadoria força de trabalho, isto é, o trabalhador em luta pela sua existência enquanto trabalhador, como para o capitalista e o capital (TONIN; PERES, 2015, grifos nossos).

Nesta afirmação encontramos dois aspectos bastante similares ao que dizia Engels. O primeiro, que perpassa toda sua obra, é o de destacar o aumento da escassez da moradia com a grande afluência de trabalhadores para as grandes metrópoles – a **lei do valor** eleva o preço dos aluguéis, fazendo com que os que vivem da sua força de trabalho tenham que pagar mais alto por moradias cada vez mais precárias (ENGELS, 2015: 71). O segundo, quando ele faz uma provocação sobre o que aconteceria se o trabalhador recebesse algum crédito para obter sua habitação: a partir do momento em que os custos da reprodução da força de trabalho se tornassem mais baratos haveria, como consequência, uma redução no preço da sua força de trabalho (ENGELS, 2015: 63).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ler o *Relatório de 2015*, parece que os problemas da habitação ocorrem isolados uns dos outros, como se em “cada casa fosse um caso”. A própria metodologia que quantifica o déficit, por exemplo, é **mutuamente exclusiva**, portanto, para calcular o déficit total. Cada habitação -

mesmo que apresente inúmeros problemas e debilidades - entrará no cálculo do déficit em apenas uma categoria, ao contrário da Inadequação, que não pode ser somada, com o risco de ocorrerem duplicidades, já que a mesma habitação pode ser classificada a partir de mais de um critério (FJP, 2018: 28). A partir desta metodologia, um domicílio que apresente diversas características que compõe o déficit será classificado apenas por um critério, dificultando a classificação do total dos problemas observados na moradia – pois os demais não seriam investigados. Em um exemplo hipotético, seguindo a hierarquia do cálculo do déficit (idem, p. 29), uma família que vive em um domicílio rústico e possui ônus excessivo com aluguel seria considerada no déficit apenas pelo primeiro requisito, não sendo investigado a fundo o segundo<sup>3</sup>. Em muitos territórios onde vive a classe trabalhadora no país, as condições concretas das habitações são de absoluta precariedade: a regra é que cada “barraco” (sic) contempla em poucos metros quadrados todos, ou a maioria, dos componentes do déficit e inadequação **de uma só vez**. Isto sem se mencionar os demais problemas decorrentes do distanciamento em relação aos equipamentos e serviços coletivos, os quais não são considerados pela metodologia apresentada.

O conceito de **escassez de moradia** nos leva a pensar em diversos aspectos do quadro de problemas habitacionais brasileiros que não são incluídos no cálculo do déficit habitacional – por diversos fatores, desde a impossibilidade de inclusão na metodologia por falta de dados até por serem vistos como problemas de outra ordem pela FJP. Pensamos, aqui, nas chamadas questões sanitárias apontadas em ambas obras de Engels, as quais incluem como tópicos a serem considerados, além da existência de banheiros nas casas – o que está longe de ser desprezível -, uma série de outros itens, entre os quais as formas de ventilação, de umidade, de susceptibilidade às intempéries, inundações e desabamentos, entre outros problemas. Estes “aspectos” contribuem para o agravamento das condições de saúde coletiva, um dos motivos pelos quais a burguesia do século XIX se preocupou com a “questão social”. Além disso, e pelas próprias características do texto, as obras de Engels não só denunciam os causadores dessas situações, como também apontam para “como não se deve resolver” (sic) a situação da moradia. Nesse sentido, consideramos que a obra engelsiana se apresenta como fundamental para todos aqueles que procuram enfrentar as questões urbanas de forma totalizante e radical, e não simplesmente acessar *a uma casinha e a uma hortinha privadas*(sic). É certo que a obra deve ser interpretada à luz de seu próprio momento histórico, considerando suas especificidades e evitando anacronismos. Todavia, devemos mesmo refletir sobre a acuidade com que, tantos anos após a publicação de “*Sobre a questão da moradia*”, suas provocações e relatos nos soam tão familiares e, paradoxalmente, a solução que propõe Engels pareça mais distante, ainda, de ser resolvida.

Dominar os conceitos de *déficit habitacional* e de *inadequação de domicílios* nos permite enxergar como o Estado brasileiro tem pensado suas políticas públicas para a habitação, incluindo neste olhar o vislumbrar dos limites e dos entraves das ações institucionais. A apropriação dos dados e dos conceitos que os suportam, por parte de movimentos de luta pela moradia, apontam, talvez, para possibilidades de “avançar” na mitigação de problemas que se assemelham e até ultrapassam os vividos pela classe operaria no alvorecer do capitalismo. Porém, analisar a questão da moradia à luz do conceito de *escassez* e da proposta de Engels, naquele contexto, nos obriga a recolocar os desafios destas lutas e movimentos em um outro patamar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. 1 ed. São Paulo: Scortecci, 2012.

---

<sup>3</sup>Todavia, é importante destacar que as publicações mais recentes da Fundação – e o próprio Relatório utilizado por nós, aqui - referem-se a este problema metodológico.

- \_\_\_\_\_; KAPP, Silke; CRISTIANE, Charlene; PÉRICLES, Leonardo; GONÇALVES, Isabella. Se morar é um direito, ocupar é um dever. In: *PISEAGRAMA* (Org.). Urbe Urge. Belo Horizonte: PISEAGRAMA, 2018.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Editora Xamã, 1995.
- DE SORDI, Denise e MORAIS, Sergio. Experiências de trabalhadores em ocupações urbanas em Uberlândia (MG). CANELLA, Francisco e TORNQUIST, Carmen Susana (org.) Dossiê Ocupações Urbanas. *Revista de Ciências Humanas* n. 49.vol.2, julho de 2015, p. 163-182.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FJP. *Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais: déficit habitacional no Brasil 2015 – n° 6*. 2018. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>> Acesso em março de 2021.
- KOURI, Ana Paula A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? Informativo *Vitruvius/Arquitextos*, vol.14, agosto de 2013.
- LENIN, Vladimir. *Friedrich Engels*. Anthologie (Documents) Montreuil sous-Bois: Editions Science Marxiste, 2017, p.13-20.
- MAIER, Jefferson A. A nossa luta aqui vale mais que ouro em pó: a Ocupação Contestado. In: PEREIRA, Elson Manoel (org). *Da Participação à Insurgência: práticas emergentes na construção da cidade*. NO PRELO.
- MARICATO, Ermínia. *Impasses da Política Urbana Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARX, Karl. O questionário de 1880. IANNI, Otavio(org.) *MARX*. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982; p.130-40.
- MARX, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 1ª Edição Revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. (organizador). *ENGELS*. São Paulo: Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, 1981.
- PEREIRA, Elson. A política urbana brasileira e o ideário crítico da reforma urbana. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Vol. 20.n.2, 2018, p.73-87.
- TARCUS, Horácio. *La biblia del proletariado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.
- TONIN, Victor Hugo; PERES, Lino F. Bragança. O déficit habitacional nos países dependentes: análise a partir da categoria de superexploração da força de trabalho. in *Anais XVI ENANPUR*, v. 16 n. 1, 2015. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2206>> Acesso em: 23/01/2020.

Recebido em:

Aprovado em: